

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.^a)

☐ **PERGUNTA** Número / (.^a)

Expeça - se**Publique - se****O Secretário da Mesa**

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

1 – A imprensa dá conta de que a Proteção Civil, no dia 22 de maio, mobilizou um forte contingente de meios de combate a incêndios e de emergência para participar nas filmagens de uma novela para a SIC, com o objetivo de recriar os incêndios que, em 2017, destruíram o pinhal de Leiria e causaram a morte de 49 pessoas;

2 – Segundo a imprensa, todas as corporações de bombeiros de Leiria, o INEM, os militares do GIPS, a Força Especial de Bombeiros e elementos do SIRESP receberam ordens para se apresentarem nas filmagens da produtora SP Televisão, a fim de procederem à recriação de um posto de comando exatamente igual ao que ali foi instalado aquando dos incêndios de 2017;

3 – De acordo com o responsável pelo Comando Distrital de Operações de Socorro de Leiria, as ordens para a apresentação de todos estes meios no local das filmagens partiram do comando nacional da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), informação que foi confirmada pelo comandante dos Bombeiros de Maceira, a quem a mesma informação foi transmitida;

4 – Escusado é dizer que se tratou de uma menorização acentuada da importância e do papel da Proteção Civil, dos bombeiros, dos militares do GIPS, representando ainda um desrespeito acentuado pela gravidade dos incêndios que ali ocorreram e pelas consequências que tais incêndios desencadearam;

5 – A ANEPC é um serviço central, da administração direta do Estado, que exerce as funções de autoridade nacional em matéria de emergência e proteção civil, sendo atribuição do Ministro da Administração Interna prevenir catástrofes e acidentes graves e prestar proteção e socorro às populações sinistradas, o que o coloca na posição de primeiro responsável pela proteção civil no nosso País;

Tendo presente que:

Nos termos do disposto no artº. 156º, alínea d) da Constituição, é direito dos Deputados «fazer perguntas ao Governo sobre quaisquer actos deste ou da Administração Pública e obter resposta em prazo razoável»;

Nos termos do artº. 155º, nº. 3 da Constituição e do artº. 12º, nº. 3 do Estatuto dos Deputados, «todas as entidades públicas estão sujeitas ao dever geral de cooperação com os Deputados no exercício das suas funções ou por causa delas»;

Nos termos do disposto no artº. 229º, nº. 1 do Regimento da Assembleia da República, as perguntas apresentadas pelos Deputados são tramitadas por intermédio do Presidente da Assembleia da República com destino à entidade requerida, tendo esta o dever de responder conforme o disposto no nº. 3 do mesmo preceito;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados vêm por este meio requerer ao Senhor Ministro da Administração Interna, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, se digne responder às perguntas seguintes:

1 – Tem V. Exa. conhecimento desta situação? Foi-lhe previamente comunicado este pedido pelo comando nacional da ANEPC?

2 – Qual o número exato de meios de proteção e socorro que para ali foram destacados?

3 – Que planos de segurança alternativos estavam preparados, para o caso de ocorrer uma verdadeira emergência, enquanto estes meios ali estavam imobilizados?

Palácio de São Bento, 23 de maio de 2019

Deputado(a)s

NUNO MAGALHÃES(CDS-PP)

TELMO CORREIA(CDS-PP)

VÂNIA DIAS DA SILVA(CDS-PP)